

Desenvolvimento Profissional e a Importância da Formação para Atuação no SUS sob a ótica da gestão

Renata Cristina Ventura Mascarelle¹ Sandra Magali Fihlie Barbeiro^{II}

No Brasil, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) na década de 1990, deu-se início à organização de um sistema de dimensão nacional, de caráter público, com princípios e diretrizes comuns em todo o território nacional² e entre as diversas atribuições, a missão de ordenar a formação de recursos humanos para a área da saúde, conforme art. 200, inciso III da Constituição Brasileira⁷.

Desde a sua instituição, o SUS vem assumindo uma ação ativa na reordenação do cuidado, cumprindo um papel condutor de mudanças nas práticas de saúde, como na formação profissional para atuação neste sistema⁶.

Dessa forma, o setor saúde passou historicamente por uma série de transformações sociais e econômicas que tiveram fortes reflexos em sua base técnica e, portanto nos profissionais e no processo de trabalho utilizado⁹, representando para os gestores, trabalhadores e usuários do sistema uma nova forma de pensar, desenvolver e produzir serviços e assistência em saúde⁸.

Um dos impactos mais expressivos dessas mudanças no ambiente é por parte das organizações, pelo aumento do nível de qualificação e de conhecimentos exigidos dos profissionais, com implicações diretas na gestão de pessoas e nos modelos utilizados em sua administração⁴

Em 1986, a I Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde destaca a grande importância das questões referentes ao preparo do pessoal para que sua formação seja adequada e conveniente à realidade social brasileira⁵.

Atualmente, observa-se uma crescente preocupação com as mudanças na formação profissional em saúde, na qual configura a necessidade de profissionais capazes de contribuir com a sociedade no campo profissional e também nos campos políticos e sociais⁶.

Paralelamente à discussão que acontece no interior do SUS em suas instâncias de formação e desenvolvimento profissional, outro movimento também aconteceu no sistema de pós-graduação nacional. A Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação – Capes/MEC, responsável pela coordenação dos programas de pós-graduação no Brasil, regulamentou a criação de Mestrados Profissionais por meio da Portaria nº 47 de 17 de outubro de 1995. O mestrado profissional é uma modalidade de formação que busca enfrentar

¹ Renata Cristina Ventura Mascarelle (renatamascarelle@gmail.com) é enfermeira, Especialista em UTI Neonatal e Pediátrica. Especialista em Estratégia Saúde da Família - UNASUS/UNIFESP. Especialista em Gestão de Recursos Humanos em Saúde - FSP/USP. Coordenadora de Gestão de Pessoas e Educação em Saúde. Secretaria Municipal de Saúde, Embu das Artes-SP

^{II} Sandra Magali Fihlie Barbeiro (sandra@embudasartes.sp.gov.br) é médica Secretária de Saúde da Cidade de Embu das Artes –SP

um problema proposto pelo campo profissional de atuação do aluno, utilizando de forma direcionada, verticalizada, o conhecimento disciplinar existente para equacionar tal problema. Não se trata de repetir soluções já existentes, mas de conhecê-las para propor a solução nova. Não é o caso, portanto, de ensinar técnicas, pois isso seria o objeto de um curso de especialização. No caso do mestrado profissional, o objetivo é um direcionamento claro para encontrar o caminho da resposta a uma pergunta específica proposta pela área profissional como algo que deve ser investigado e solucionado naquela área¹⁰.

Assim, entende-se que a Capes, ao regulamentar essa modalidade de pós-graduação, aposta na soma do aspecto prático ao teórico e sedimenta uma larga ponte de mão dupla entre a comunidade acadêmica e os demais setores da sociedade, que necessitam de estudos e pesquisas de qualidade, indo assim ao encontro das necessidades do SUS.

No município de Embu das Artes sempre fomos defensores de que os serviços públicos de saúde devem manter uma parceria constante com a comunidade acadêmica, pois assim como esta pode nos oferecer instrumentos para melhorarmos a gestão dos serviços, os serviços também contribuem para a academia com a sua “riqueza” que é a sua expertise prática. Ao longo de nossa gestão à frente da Secretaria de Saúde realizamos parcerias com grandes e renomadas instituições acadêmicas, entre elas o Instituto de Saúde, que não só formou vários técnicos como também produziu uma série de trabalhos que nos ajudaram a aperfeiçoar as políticas públicas de saúde implantadas em nossa cidade. A parceria do município com o Instituto de Saúde teve início em 2010, com a participação de alunos do Programa de Aprimoramento Profissional em estudos que buscavam responder questões

de pesquisa prioritárias identificadas pela gestão, como estratégias para a territorialização, redução de mortalidade infantil e avaliação da atenção básica, entre outros.

Acreditamos que os “muros” das instituições de ensino devam ser derrubados, pois a academia, em nossa compreensão “serve” à sociedade e é para ela que devemos construir políticas públicas perenes que transformem a vida das pessoas para uma existência mais justa e igualitária. Podemos citar vários exemplos de pesquisas desenvolvidas em nosso município como as relacionadas à saúde do trabalhador do SUS, vacinação na primeira infância, gestão, meio ambiente e saúde, aleitamento materno, entre outras, pesquisas essas que produziram mudanças nos processos de trabalho ao nível local e qualificaram o atendimento aos nossos cidadãos e cidadãs. Entre elas, não temos dúvida de que o trabalho da profissional *Lucimeire de Sales Magalhães Brockveld*, “Promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na última década (2002-2012) no município de Embu das Artes, SP”, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Saúde Coletiva da CRH/SES-SP contribuiu e contribui para o fortalecimento da política municipal de aleitamento materno.

Tal pesquisa teve como foco o aleitamento materno, no contexto do desenvolvimento de ações municipais voltadas à promoção da saúde. Na medida em que está em evidência a importância das mudanças das práticas de atenção à saúde que ultrapassem o modelo médico-curativo, impulsionado pelo complexo médico-industrial do século XX, composto por consumo de medicamentos e recursos diagnósticos, a promoção a saúde ganha destaque no campo da saúde pública, resgatando a concepção da saúde como produção social e busca desenvolver políticas públicas e ações coletivas. Na promoção da saúde,

o enfoque encontra-se em investir no empoderamento de cidadãos e trabalhar para espaços democráticos, especialmente no nível local, de modo que se desenvolvam políticas que partam das necessidades de saúde identificadas¹¹.

A Estratégia de Saúde da Família (ESF), criada em 1993, apresenta-se como uma possibilidade de enfrentamento nas práticas de saúde, no trabalho em saúde, na formação e educação, abordando o cuidado integral e em documento publicado em 2006, o Ministério da Saúde orientou que a Atenção Básica precisa estabelecer a ESF como prioridade para sua organização¹.

Para que a promoção da saúde alcance o objetivo de mudanças de práticas de saúde, a linha de cuidado em saúde deve ser pactuada com os atores envolvidos dos serviços, apresentando o usuário como centro do processo de produção de saúde respondendo ao princípio da integralidade preconizada pelo SUS⁶.

Contemplando o desenvolvimento profissional e a promoção de saúde, a pesquisa desenvolvida ressalta a potencial contribuição de ações de formação profissional como treinamentos, capacitações e sensibilizações como uma ferramenta de promoção em saúde¹⁰. É importante destacar que a inserção da profissional/aluna no município, atuando como gerente de uma Unidade Básica de Saúde e com forte envolvimento na implementação da política local de aleitamento materno, possibilitou a identificação desse tema para o desenvolvimento do estudo, visando a contribuir para o fortalecimento dessa linha de cuidado de atenção à criança.

Indo mais além, este mesmo estudo destaca que após um período de maior acréscimo de ações de desenvolvimento profissional para atuar na promoção em saúde, os índices de aleitamento materno exclusivo passaram de 16% para 27% entre os anos de 2001 e 2004, chegando a 42%

em 2010, períodos traduzidos em redução da mortalidade infantil no ano de 2000 de 16,94% para 12,30% em 2012³.

Esse trabalho constitui importante contribuição, uma vez que a cidade de Embu das Artes desenvolve há anos essa política e, com a possibilidade do mestrado oferecida a nós pelo Instituto de Saúde ampliou-se, com certeza, os conhecimentos da profissional, bem como qualificou-se em muito a nossa gestão diante da Saúde Pública de nossa cidade. Acreditamos que esse trabalho vem produzindo a diferença junto às ações realizadas no plano local.

O desenvolvimento de recursos humanos para atuar no sistema de saúde sempre foi um desafio e representa um papel de grande relevância no fortalecimento de um SUS democrático e eficiente², com intensa necessidade de renovação nos processos de formação, qualificação e aperfeiçoamento profissional ao conjunto de trabalhadores que já atuam no setor saúde.

Desta maneira, é preciso constituir espaços de discussão e reflexão das práticas cotidianas do trabalho, fortalecendo as ações exitosas, direcionando para novas estratégias.

Referências

1. Amâncio Filho A, Oliveira SP, organizadores. Mestrado profissional em gestão do trabalho e da educação na saúde: ação e reflexões. Rio de Janeiro: MS/SGTES/ENSP/FIOCRUZ; 2009.
2. Batista KBC, Gonçalves OSJ. Formação dos profissionais de saúde para o SUS: significado e cuidado. Saúde Soc. 2011;20(4):884-899.
3. Brockveld LSM. Promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno na última década (2002-2012) no município de Embu das Artes, SP [dissertação de mestrado profissional]. São Paulo: Coordenadoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo; 2013.

4. Carvalho MB, Nascimento AFA, Marinho EG, Ramos MGVC, Santos RAB, Guimarães RS. O desafio do planejamento de recursos humanos ante as novas demandas do mercado. *Cad Grad Ciênc Hum Soc.* 2014;2(1):13-24.
5. Conferência Nacional de Recursos Humanos para a Saúde. 1986. Brasília, DF: Ministério da Saúde; 1986.
6. Ferreira RC, Fiorini VML, Crivelaro E. Formação profissional no SUS: o papel da Atenção Básica em Saúde na perspectiva docente. *Rev Bra Educ Méd.* 2010;34(n.2): 207-215.
7. Haddad, AE, Morita MC, Pierantoni CR, Brenelli SL, Passarella T, Campos FE. Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008. *Rev Saúde Públ [periódico na internet]* . 2010 [acesso em 10 agosto 2014];44(3): 383-393.
8. Machado MH, Oliveira ES, Moyses NMN. Tendências do mercado de trabalho em saúde no Brasil. In: Pierantoni C, Dal Poz MR, França. T, organizadores. *O Trabalho em saúde: abordagens quantitativas e qualitativas.* Rio de Janeiro. CEPESC,UERJ; 2011. v.1, p. 103-116.
9. Médici AC, Machado MH, Nogueira RP, Girardi SN. Aspectos conceituais e metodológicos dos levantamentos estatísticos sobre força de trabalho em saúde no Brasil. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais; Organização Pan-Americana da Saúde; s.d.
10. Quelhas OLG, Faria Filho JR França SLB. O mestrado profissional no contexto do sistema de pós-graduação brasileira. *Rev Bras Pós-Grad.* 2005;2(4):97-104.
11. Sícoli JL, Nascimento PR. Promoção de saúde: concepções, princípios e operacionalização. *Interface - Comunic, Saúde, Educ.* 2003;7(12):101-22.